



Revista EDUCAmazônia: Educação Sociedade e Meio Ambiente, LAPESAM, GISREA/UFAM/CNPq-EDUA-ISSN 1983-3423- Ano 2, Vol 2, Nº 2, Jul-Dez, 2009, Pág. 161-174.

# A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MARCO DO PROJETO EDUCATIVO DA CIDADE

Rosenir de Souza Lira\* Anacy Pereira da Silva\*\*

Então que seja, cidade. Os muros saltam da terra como cordilheiras que torcem o rumo dos rios sob fórceps imobiliários. A curva do horizonte encolhe da janela para o quarto. Aldisio Filgueiras

**RESUMO:** Este é um texto para debate, e essa condição reflete o caráter motivador de sua elaboração. O tema que aqui é suscitado tem a intenção de contribuir, no âmbito de nossa realidade amazônica, com um tema, que de certo modo, já está bastante avançado em outras cidades do mundo e em algumas do Brasil, inclusive. A temática das "cidades educadoras" já faz algum tempo deixou de ser uma discussão nova para se tornar uma discussão essencial para o desenvolvimento de cidades mais humanas, cuja cidadania demonstra a vitalidade e o poder da participação – no Brasil há dois exemplos emblemáticos: Porto Alegre e Curitiba. Se para nós, de um lado, pensar uma cidade sustentável nos enche de dúvidas e receios, por outro lado, constatamos que a responsabilidade pela vida do planeta, e, portanto a nossa, é uma tarefa coletiva e urgente. Como o título do texto sugere, a educação ambiental é uma ferramenta necessária para a conservação de toda a vida do planeta, e o projeto educativo de cidade é uma estratégia de participação e de construção consciente de uma nova cidadania. A educação ambiental é, pois uma das mais importantes ferramentas do projeto educativo de cidade, pois nele se refletem as vontades dos cidadãos para fazer frente aos desafios educativos da cidade.

**Palavras-chave:** Projeto educativo de cidade. Cidade educadora. Educação na cidade. Educação ambiental,]. Pedagogia urbana. Cidadania.

## LA EDUCACIÓN AMBIENTAL COMO MARCO DEL PROYECTO EDUCATIVO DE LA CIUDAD

RESUMEN: Éste es un texto para debate, y esa condición refleja el carácter motivador de su elaboración. El tema que aquí es suscitado tiene la intención de contribuir, en el ámbito de nuestra realidad amazónica, con un tema que, de cierto modo, ya está bastante avanzado en otras ciudades del mundo y en algunas del Brasil, inclusive. Ya hace algún tiempo, la temática de las "ciudades educadoras" dejó de ser una discusión nueva para tornarse una discusión esencial para el desarrollo de las ciudades más humanas, cuya ciudadanía demuestra la vitalidad y el poder de participación. Hay, en Brasil, dos ejemplos emblemáticos: Porto Alegre y Curitiba. Si, para nosotros, de un lado, pensar una ciudad sustentable nos rellena de dudas y recelos, por otro, se constata que la responsabilidad por la vida del planeta, y, por lo tanto, la nuestra propia vida, es una tarea colectiva y urgente. Como el título del texto sugiere, la educación ambiental es una herramienta necesaria para la conservación de toda la vida del planeta, y el proyecto educativo de ciudad es una estrategia de participación y construcción conciente de una nueva ciudadanía. La educación ambiental es, pues, una de las más importantes herramientas del proyecto

\* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Coordenador da Escola de Educação Ambiental do Centro de Ciências do Ambiente – CCA/UFAM. rosenirlira@ufam.edu.br.

\*\* Pedagoga formada na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. É psicopedagoga e especialista em Gestão Escolar. Assessora Pedagógica da SEMED – Divisão Regional de Educação VI.







educativo de ciudad, ya que, en ello, se refleja las voluntades de los ciudadanos para hacer frente a los retos educativos de la ciudad.

**Palabras-clave:** Proyecto educativo de ciudad. Ciudad educadora. Educación en la ciudad. Educación ambiental. Pedagogía urbana. Ciudadanía.

#### Introdução

Um *apriori* importante para fundamentar a origem deste texto, nos remete ao seu processo de elaboração. O tema das cidades educadoras, e consequentemente, do Projeto Educativo de Cidade, fizeram parte importante dos conteúdos estudados pelo autor, durante seu tempo de preparação para elaboração de sua Tesis Doutoral na Universidad de Valladolid – Espana. Seu objeto de estudo foram as políticas de educação ambiental na cidade de Manaus, e o foco se deu na análise dos resultados de um projeto denominado "Projeto Bodozal" que se constituiu em um estudo de caso, a partir da perspectiva qualitativa de pesquisa social.

Apesar do que sugere o título deste texto, pela necessidade de algumas considerações prévias, não iremos de imediato ao ponto central da discussão. Faremos uma aproximação metodológica, para então inserir no contexto da discussão, a ideia que queremos transmitir ao leitor, ou seja, o significado e a necessidade da discussão em torno de um "Projeto Educativo de Cidade" e como esse instrumento político pode ser imbricado na questão ambiental urbana. Podemos desde logo adiantar que um projeto educativo de cidade é o que deveria nortear, na letra e no espírito, o Plano Diretor da cidade, ou no mínimo, o projeto educativo deveria ser uma parte essencial da política urbana do governo local.

Esse condicionante, talvez, aparece por que o Plano Diretor das cidades passou a ser um documento de domínio de técnicos vinculados ao poder político autoritário e distanciado das necessidades populares. Quase a totalidade das cidades brasileiras de hoje - quanto ao seu planejamento urbano – têm demonstrado, primeiramente, preocupação com a mobilidade dos automóveis, com a fluidez do transporte de cargas, com o tempo que se pode gastar dentro dos ônibus, e ainda, com o controle policial.

Quanto a investimentos educativos, as cidades têm oferecido poucas oportunidades ao seu cidadão. O cidadão é todo aquele que habita a urbe, mas também é o pedestre que disputa espaço nas calçadas com os veículos e que muitas vezes não







encontra espaço para sua mobilidade na cidade em condições de segurança ideal. A categoria que define o que se é numa sociedade democrática, então, é a participação.

Como categoria fundamental da vida na cidade, a participação tem sido colocada em planos de menor importância pelos poderes públicos, na prática, apesar de sabermos que a participação é um princípio constitucional. Mesmo o mecanismo das conhecidas audiências públicas, tem sido pouco freqüentado pelo povo, seja por carência de formação ou por desinformação.

As teses da sustentabilidade urbana têm passado como que de soslaio pelo conhecimento popular, e ao mesmo tempo este mesmo povo é reconhecido pela mídia de grande poder ideológico, como diretamente envolvido na degradação do planeta.

Muito raramente a grande mídia mostra uma empresa fabricando produtos que irão poluir o meio ambiente, ou denunciando quanto essas fábricas lucram por ano em seus negócios, mas, essa mesma mídia, mostra gente simples atirando lixo embalado em sacolas plásticas nos rios e igarapés. Pouco mostra também, pessoas em seus carros de luxo atirando latinha, garrafas e/ou sacolas plásticas pela janela de seus veículos. Isso significa poder de atribuir culpabilidade e inocentar a quem quiser.

Então, o que fazer? A resposta tem sido unânime: há que se educarem as pessoas. Quando se fala em educar, o trabalho deverá ser da escola e da família. Aqui queremos introduzir um educador por natureza: a cidade. A cidade deve passar a ser um educador consciente e deliberado de seus cidadãos. Claro, isso não é descoberta nossa. O que queremos é suscitar esse debate no âmbito de nossas cidades amazonenses, já que resguardando as devidas proporções, nossos pequenos problemas de hoje, se não tratados desde já, serão os grandes problemas que as futuras gerações poderão enfrentar dentro em pouco.

## O que significa o que nos ensinam sobre sustentabilidade?

São muitas as teorias que hoje enriquecem as discussões sobre o futuro sustentável do planeta. São, portanto, muitos os matizes que tentar construir as melhores explicações sobre a maneira apropriada de o homem permanecer existindo, e muitas dessas teorias seguem o paradigma da "qualidade" de vida. Contraditoriamente, o







discurso dos formadores de opinião, e hoje os "grandes educadores" da humanidade, os meios de comunicação de massas, ensinam que é necessário, preservar o planeta, apesar da pobreza e da miséria de milhões de seres humanos que vivem em situação precária no entorno do planeta, em sua periferia.

A carência dos países pobres do sul, que lutam por melhores condições de vida, fica escondida por debaixo do tapete da política internacional, dominada por grandes corporações que sobrevivem da expropriação da natureza, e da espoliação dos pobres. Os países ricos do norte vendem suas tecnologias de salvação do planeta, que eles próprios depredaram, usando suas ditas tecnologias criadoras do milagre e das promessas de modernidade. Nada em contrários às novas tecnologias, mas contra a hegemonia de sua utilização limitada a quem pode pagar, contra a ideologização e da divisão internacional de sua produção.

A ciência econômica nos ensina que é a escassez de matéria prima que dinamiza a economia mundial. É o que estabelece a corrida pela melhor posição no mundo global do consumo, e estabelecem a divisão internacional da fome e da riqueza. Enquanto grandes contingentes de pobres do mundo disputam migalhas, nas grandes cidades do capitalismo, o consumo descomunal e o desperdício, dão o tom das políticas públicas ambientais que, na regra "bíblia neoliberal", transfere o problema para a sociedade, que por sua vez o transfere para a escola, sua instituição "Geni" (a da canção de Chico Buarque).

A cidade, porém, reúne as condições educativas para ajudar a escola e a sociedade a educar para a sustentabilidade, e esses mecanismos podem e devem ser colocados à disposição da população. Necessita-se, contudo, que a questão ambiental se torne de fato parte do currículo ativo da cidade, não somente do currículo oculto, como historicamente tem ocorrido.

A política ambiental urbana não pode prescindir de um Projeto Educativo de Cidade, mecanismo que já existe e que desde o século passado tem contribuído para modificar (para melhor) a paisagem de importantes cidades do mundo. Cabe também às instituições de ensino e de pesquisa reivindicar junto aos poderes públicos a efetivação desse importante instrumento de participação, que nas cidades brasileiras onde ele já foi implantado, os resultados políticos demonstram claramente a melhoria das condições de vida dessas cidades, pela via da participação popular organizada.







Essa discussão, claro, está muito distante de ser encerrada. Ninguém tem a ultima palavra quando a questão é meio ambiente. As diversas correntes científicas, se não divergem, cada uma tem seu próprio modo de conceituar e entender o ambiente e a sua necessidade de sustentação. De momento nossa participação ficará resumida a essas poucas linhas, mas, cabe acrescentar que o meio ambiente humano é produto de múltiplas relações construídas pelo próprio ser humano, da percepção de si como ser da natureza, de sua ação civilizatória e construtora. O meio ambiente é, portanto, todo lugar onde o ser humano se detém para construir maneiras de interagir com a natureza. O resultado da interação do homem sobre o seu entorno, conservando-o, é o que o senso comum reconhece por sustentabilidade.

#### O paradigma da modernidade (in)sustentável

Os principais elementos de impasse do chamado paradigma da modernidade se concretizam a partir de oito grandes problemas, que devem ser enfrentados por todos, sejam governos, ou a sociedade civil organizada, para dar conta do confronto "natureza x existir humano no planeta": o racismo, a miséria, a guerra, o desemprego estrutural, a destruição ecológica, o trabalho infantil, a corrupção\* e a AIDS (Marcílio de Freitas: 2002). Enfrentar esses problemas significa mais que preservar o planeta, mas, sobretudo, preservar a própria espécie humana.

Esses problemas compõem a base sobre a qual o mundo caminha sem apontar solução imediata, e não poderia aparecer de imediato, já que no capitalismo,\* esses problemas representam lucro para algum setor ligado às grandes indústrias da comunicação, farmacêutico, produção de alimentos de variadas linhas, agropecuária, imobiliária, e mais uma centena de setores que exploram a natureza para o alto consumo.

Como resultado desse alto consumo, a máquina capitalista impõe a necessidade da preservação e/ou da utilização sustentável do planeta. Claro que isso deve ser feito. A questão é que a tarefa de limpar o planeta tem sido dos que tem menos com que poluir, ou seja, os pobres. No caso da Amazônia, por exemplo, não se produz pilhas nem bateria à base de metais pesados, mas hoje temos a obrigação de recolhê-las do meio ambiente. Em conseqüência, a culpa pelo descarte desses produtos perigosos, passou a







ser mais de quem usa e menos de quem fabrica, uma vez que o pressuposto educativo das campanhas pela preservação da natureza passou a ter conteúdo de base moralista.

\_\_\_\_\_\_

A legislação que determina as regras de consumo e de recolhimento dos produtos inservíveis é clara quanto às responsabilidades, mas a indústria tem feito bem menos do que deve, e isso se sabe, encontra argumentação no discurso da diminuição do lucro. Na prática é isso que a grande imprensa ensina. Tanto é que quando uma empresa adere a um programa de preservação ou reutilização de materiais potencialmente poluentes, ela até ganha prêmio.

A relação homem/natureza sempre foi agressiva, mas essa agressividade perdeu o controle a partir das revoluções industriais, incluindo que hoje quando vivemos na terceira delas, com o incentivo ao consumo de produtos industrializados e de tecnologias modernas baseadas nas tecnologias da informação e da robótica, por exemplo. As conseqüências para o meio ambiente nunca foram tão perigosas ao ponto de ameaçar a própria humanidade. O aquecimento global que poderia acorrer da mesma maneira ao longo de mil foi acelerado pela emissão de gases inventados pelo próprio homem e o perigo é iminente. Os automóveis e as indústrias depositam milhões de toneladas desses gases na atmosfera todos os dias. O efeito estufa já não é só teoria catastrófica do fim do mundo, como afirmaram alguns defensores da indústria nos séculos 19 e 20.

Contudo, um dos maiores perigos do paradigma da sustentabilidade, como é difundido hoje, pode não ser somente as agressões ao meio ambiente natural por uso indevido da terra, o desmatamento ou a utilização descontrolada da água que ainda resta no planeta. O risco maior é a ideologia da preservação escondida por detrás da ação de governos do norte rico e de ONG's desses mesmos países que agem como se fossem xerifes do planeta, em sua defesa, porém passando por cima de costumes milenares algumas vezes.

<sup>\*</sup> Para o autor citado, o sétimo problema é a crise moral, o que não discordamos, contudo, preferimos destacar sua principal conseqüência, a corrupção na política, como um dos mais graves problemas da humanidade. A idéia de crise está associada a um sistema de temporalidade, enquanto a corrupção, pelo menos no nosso caso, se nos parece já fazer parte da cultura política do país; sistema esse que somente por uma educação política participativa se poderá fazer frente, já que a corrupção está na base do modo capitalista de produção.



#### EDUCAmazônia Educação, Sociedade e Meio Ambiente- ISSN 1983-3423



Chegam mesmo a comprar grandes áreas de floresta em países sul- americanos, com discurso de preservação da natureza. Oxalá fosse somente esse o perigo. Todos sabem que essas estratégias já põem em risco a soberania de diversos países nos arredores do planeta. Coincidentemente, diversas áreas que são questionadas como vitais para a preservação, também escondem grandes jazidas de minerais, em alguns casos as ultimas do planeta. No caso da Amazônia, talvez ninguém ainda tenha certeza da quantidade de riquezas que a floresta esconde, exceto a quantidade de madeira e água.

Sempre quando algum organismo estrangeiro defende a Região Amazônica, em geral ele não passa a idéia de que aqui vive gente, que temos culturas e interesses próprios. A idéia de transformar a região num patrimônio da humanidade, não pode nos enganar e nos fazer esquecer que no capitalismo há gente considerada mais humana e mais gente que outros; que a maioria do povo é considerada gente de segunda categoria, que os privilégios e que a corrupção estão presentes e muito vivo em todos os negócios. Com isso não podemos nos iludir com as visões fantásticas das histórias contadas pelos viajantes europeus dos primeiros séculos da ocupação regional, e nem pelos viajantes da atualidade, hoje orientados por satélites e meios, que nós as pessoas simples, nem fazemos idéia que existem.

#### A relação da cidade com a educação, como se dá?

Uma cidade pode ser definida de muitas maneiras; depende do ponto de vista de quem a mira e da distância que a observa e também do objetivo do observador. Pode-se, por exemplo, ver a cidade como um dragão\*, ou centro de negócios, como centro de poder e/ou ainda, como resultado desenvolvimento cultural. As possibilidades de definição vão da geografia urbana à psicologia social, passando pela antropologia, arqueologia, filosofia, etc. Portanto, o que queremos nessa discussão é que o nosso público leitor passe, também, a olhar a cidade como uma grande escola onde as

<sup>\*</sup> Para não falar de outras culturas segregadoras, fundamentadas em outras religiões que não o capitalismo anos.







oportunidades educativas são quase ilimitadas, orientadas por um currículo que precisa ser debatido e conhecido por todos.

Para autores como Marfull (1990), a escola tem uma relação muito próxima com a cidade. A cidade é o representante macro de sistemas interconectados de relações que estão ligados e cujo funcionamento depende uns dos outros. A escola (e o que ela produz - educação) faz parte de um entorno de relações que proporciona a educação formal, fator indispensável do sistema educativo da cidade e essencialmente relacionado a seu entorno. É parte de um sistema vivo que respira o ar da cidadania que é capaz de cria e desenvolver.

Como todo sistema está composto de distintos elementos conectados, integrados, que se encaminham a um mesmo fim, ou seja, formar o cidadão. Esta maneira de enxergar, tanto a educação quanto a cidade, se entende como um sistema integrado e aberto (Sanvisen, 1983). Portanto, afirma Marfull (1990), a educação é um sistema teleológico. Sua integração obedece a esse sentido de orientação finalista ao qual (Colon, 1979-1982) chama de equifinalidade. Ou seja, a finalidade da educativa é sua qualidade intrínseca ao processo de ensinar.

A educação se relaciona com seu entorno (UNESCO, 1979). O fato educativo de dá em um lugar determinado interage com pessoas determinadas e exerce ações determinadas para cada grupo social. Por isso recebe também as influências desse entorno que contribui de alguma maneira para manter a realidade. Nesse sentido, a educação interage com diversos agentes do processo de ensinar, tais como: professor/aluno e pais, direção da escola, autoridade escolar ou administrativa, entidades culturais e ambientais (Colon, Sureda 1980: 133).

No sentido acima definido, a escola é vista como um lugar onde um determinado tipo de educação é oferecido. Esse lugar se relaciona com um entorno vivo, constituído de espaço físico, de pessoas, de famílias, de grupos e, também com outras entidades culturais, sociais, políticas, religiosas, artísticas, recreativas, etc. Dito de outro modo, a escola se relaciona com um entorno dinâmico e ela mesma faz parte desse contexto de dinamicidade.

<sup>\*</sup> Referência ao Projeto de Educação Ambiental desenvolvido pela Prefeitura de Segovia-España, onde as crianças das escolas de ensino fundamental desenharam aquela cidade como um animal gigante (um dragão), que se alimenta de tudo um pouco, e que como qualquer organismo vivo, produz e excreta seus dejetos na natureza. No desenho, as ruas são como as veias e artérias do animal, e as pessoas como as células que trabalham dentro do corpo para mantê-lo funcionando. O título do projeto é "De mi escuela para mi ciudad".







Fernandez Ballesteros (1986), citado por Marfull (1990:134), afirma que:

La educación, pues, viene a ser un sistema vivo, un sistema vital, que se estructura de acuerdo con su finalidad personal, social y cultural, y que se relaciona con otros sistemas - también personales, sociales y culturales - que contribuyen a darle una caracterización propia, activa e interactiva. De ello depende su renovación, tan necesaria en su acción, porque no puede quedarse con el ir tirando y repitiendo sus mismos actos, que la llevaría a una imparable entropía, a una degradación. Le corresponde ser un sistema negantrópico, su gradación, elevación, superación, mejoramiento y, para decirlo bien, su evolución depende de su capacidad de relacionarse, de interaccionar y de captar y apropiarse de nuevos horizontes que le ofrecen el medio y las otras perspectivas de cambio y de encumbramiento, o sea de renovación y de mejora dentro de una sociedad y una cultura cambiante.

Alomar (1980) e Aymonino (1981) concordam que a cidade é um lugar onde ocorrem numerosas e constantes maneiras de educar, o que faz dela –a cidade- um sistema humano, social, cultural complexo e ativo. Depreende-se, desse olhar que a cidade se constitui em um meio, um entorno vivificador e motivador do fazer educativo (Franch, 1973, Carreras, 1983). Para Lefèbvre (1983) " a cidade é por si só um fenômeno educativo".

Portanto, como para esses autores, educação e cidade se interrelacionam, interatuam, e desta interação dependem muitos benefícios que são importantes para que ambas evoluam (Raynord, Herden, 1973). Para este autor a cidade se mostra como um sistema de relações, na vida e na sociedade, deste modo, com a educação, tornando-se um sistema aberto. A cidade promovendo e mantendo a melhora educativa, promovendo novos modelos educativos, apoiando e estimulando as atividades educativas, se torna também educadora, isto é, se torna um fator de educação, um meio de aperfeiçoamento educativo (Faure, 1977, Cava Mesa, 1986).

Para Terradas (1979), se há que incluir a cidade entre os agentes educativos mais importantes. Principalmente, se ela já representa a tomada de consciência de seus habitantes, sobre o seu papel de entorno educativo, de meio para promover e despertar o interesse educativo; também de força propulsora para gerar novos modelos culturais e de conduta, além de novas profissões e ocupações, além de motivar novas dedicações humanas. A cidade se reveste de educadora quando motiva a busca por novos







conhecimentos, novas manifestações artísticas, por fim, novas perspectivas de futuro. Nesse sentido a cidade é uma escola e, por analogia, a escola é como a cidade, na formação de seus cidadãos.

Field (1977) ensina que a cidade por meio de seus órgãos culturais e educativos deve esforçar-se para encontrar maneiras de estimular novas manifestações educativas, procedimentos novos que resultem em novas relações educativas e escolares. Cada cidade deve construir seus equipamentos educativos; seus museus, seus monumentos, suas bibliotecas, seus institutos, suas diversas instituições educadoras. Trata-se de uma dimensão indispensável, junto com a cultura. Suas atividades devem ser educativas e tem que dar vida a novas formas e modelos que sirvam, verdadeiramente, para educar as pessoas – os cidadãos – para guiar as instituições com finalidade educativa. Seu mundo e seu ambiente têm que ser sempre formativos, até chegar a ser um entorno – físico, humano, cultural, institucional- inquestionavelmente educativo (Sureda e Colom, 1989) citados por Field.

Quando à cidade, além de promover e controlar um determinado número de escolas, promove uma série de atividades culturais, e disso se pode afirmar que a cidade que assim se comporta é promotora de valores qualitativos superiores de seus cidadãos, tornando-se desse modo uma cidade educadora na sua essência. Nessa reflexão poderemos consultar nossa experiência de vida para refletir sobre se nossa cidade tem ou não comportamento de uma cidade educadora consciente.

### O projeto educativo de cidade – o que é e para que serve?

Para ser o mais didático possível cumpre, pois, responder que um projeto educativo de cidade é um Plano Estratégico; capaz, portanto, de definir linhas estratégicas e atuações concretas para o futuro a curto e médio prazo, e fazê-lo de maneira participativa e consensuada (Carmen GOMES-GRANELL e Ignácio Vila, 2001). Essa definição nos remete para a idéia corrente de que o sentido pedagógico que vem sendo difundido, precisa ser reformulado de imediato, qual seja: a idéia de uma pedagogia da cidade. Essa idéia força, assim como o conceito de cidade educadora, precisa ser superada por uma nova idéia: a cidade como pedagogia.







Para viabilizar essa estratégia, porém, faz-se necessário algumas condições fundamentais para a cidade, dentre as principais:

- 1. Capacidade de inovação e reflexão. Todo projeto deve partir de um bom diagnóstico da realidade sócioeducativa da cidade, inclusive de seu território, de suas necessidades mediatas e imediatas; de seus riscos e possibilidades. É necessário conhecimento de sua estrutura educativa já instalada, assim como de seu currículo de valores e padrões culturais.
- 2. Participação cidadã. Apesar das evidências demonstrarem por si, não é demais insistir que qualquer iniciativa relacionada à novos processo educativos no âmbito das cidades, não podem deixar de contar com o apoio incondicional do governo municipal. Por outro lado, uma estratégia dessa magnitude de converter-se em um projeto coletivo de toda a cidade. Os autores anteriormente citados afirmam que "sem corresponsabilização cidadã, sem a implicação da comunidade, dos diversos, sociais, culturais, que atuam no território, sem a participação de entidades, associações, sindicatos, empresários, universidades, etc., é impossível dar forma ao projeto e muito menos levá-lo a uma prática.
- 3. Consenso e ação. Um projeto educativo não pode ser somente um processo participativo e reflexivo. É imprescindível que as entidades todas que participarem de sua elaboração, assumam o desafio de implementá-lo e, portanto, motivar a população à participação pela demonstração de resultados práticos.

Um projeto educativo, portanto, é mais que um documento, a exemplo do Plano Diretor, que tem se resumido à vontade da administração municipal, mais que isso, o Projeto educativo é um instrumento político das vontades, resultado de intensa negociação pela via democrática da reflexão e debate. Daí por que não se pode negar a iniciativa da administração pública. O projeto educativo abrange todos os conceitos de educação necessários à dinamização da cidade.

Todos os conceitos implicam a "inclusão" e a participação como termos chave do processo de construção de um modelo educativo novo. Todos precisam desenvolver a consciência de que nenhum único indivíduos deve se perder no processo de educação, seja diretamente pela escola, seja pela cidade. Questões como o trabalho, a cultura, a







violência, drogas, prostituição infantil, enfim, todos os problemas da cidade devem fazer parte da pauta de situações que o projeto deve contemplar.

Hoje, na sociedade da informação e da comunicação, globalizada e capitalista, os problemas são latentes, e tendem cada vez mais ao individualismo, à competição e à falta de solidariedade. Os valores da sociedade moderna globalizada incentivam a concorrência como mérito. A empregabilidade como mecanismo de participação no consumo. Hoje, ter poder de consumo é como merecer a cidadania. Contudo esse modelo é segregador, e nas cidades há milhares de pessoas excluídas inclusive da capacidade de consumo básico. Enquanto isso, os grandes consumidores não encontram as cidades com a estrutura necessária para gerir seus dejetos, resultados do consumo.

Duas idéias merecem fazer parte dessa discussão, ainda que pareça repetitivo: a primeira aponta para a idéia de que a cidade congrega muitos agentes educativos, tais como: as ONG's que promovem atividades para jovens, para idosos, os movimentos culturais, as atividades associativas, etc. A segunda, reforça a afirmação da cidade como agente educativo. E mais, a cidade é um entramado muito rico de relações nem sempre agradáveis, mas que demonstram o grau de desenvolvimento da participação popular ou o grau de influência do poder público sobre a comunidade. A cidade educa as pessoas quando as obriga a participar, quando condiciona a participação às conquista sociais que a comunidade necessita, e a relação de reciprocidade é dialética.

Por fim, mas sem concluir, o projeto educativo de cidade é um instrumento que a cidade oferece aos cidadãos para uma participação constante, refletida e prática. A construção de uma cidade melhor não significa somente relacioná-la a edifícios modernos ou grandes estradas e novas ruas, significa, sobretudo, a qualidade de vida das pessoas que utilizarão tal estrutura. A cidade precisa se tornar, pela ação dos seus cidadãos, um espaço de vivência democrática, de construção de valores de igualdade social e solidariedade.

Nessa mesma direção, Eulália VINTRO (2001: 41), afirma que: "sem um projeto educativo bem definido que nos diga para onde teremos que ir, a educação nunca poderá converte-se em um elemento chave para garantir o progresso e a convivência. E se isso não ocorrer, o mercado atuará livremente, convertendo, uma vez mais, a educação em um instrumento de segregação social: aquelas pessoas que tenham mais capital econômico e social serão as que investirão mais na educação de seus filhos e filhas e em seu próprio consumo cultural. O Projeto Educativo de Cidade nasceu, pois, com a







vocação de ser um verdadeiro projeto de futuro, um verdadeiro plano estratégico da cidade".

Para que essas idéias floresçam, porém, é necessário participação se torne uma dimensão chave do projeto educativo de cidade, dimensão sem a qual todo esforço será mera politicagem. Aqui podemos finalmente concordar que "não há projeto coletivo sem participação", aqui resulta não pensar somente em participação delegada, mas, sobretudo, na participação efetiva das pessoas, nas comunidades, nos bairros, nas organizações de classe, etc.

Cabe a nós amazônidas incentivar o debate em torno a essas idéias. Não podemos esquecer a importância nem as fragilidades do ecossistema amazônico. Apesar do espaçamento demográfico que existe entre nossas cidades, a cada dia a agressividade do capitalismo avança sobre nossas florestas e com não menos força sobre nossas cidades. Cabe a nós discutir e encontrar junto com a escola e sociedade civil organizada, o modelo que nos serve ao desenvolvimento para garantir nossa sustentabilidade. O projeto educativo de cidade é, seguramente, uma estratégia válida para um projeto de sociedade sustentável. Nesse sentido a educação ambiental é a ferramenta imprescindível para se construir essa realidade.

#### Conclusão

Conceitualmente, o Projeto Educativo de Cidade deve refletir as vontades da sociedade organizada para o desenvolvimento de suas aspirações frente aos desafios do presente e do futuro. Um PEC não é uma utopia, mas sim uma ferramenta possível de realizar, desde que haja da parte das autoridades públicas e da população a vontade de elaborá-lo e implementá-lo, tendo em vista a incalculável teia de situações que devem ser encaminhadas para o bom funcionamento da cidade.

O PEC abarca todas as discussões por que não há temática fora do interesse social e todos os temas e problemas exigem posicionamento educativo, seja em que campo ocorra. A cidade tem interesses nas questões da saúde pública, no tráfego de automóveis, o transporte urbano, na poluição ambiental, na proliferação da violência, no saneamento básico, na democratização do espaço urbano, na acessibilidade dos menos







capacitados, na educação nos valores sociais fundamentais, etc. Não há limite invisível que possa escapar aos interesses da população.

O Projeto Educativos de Cidade, se revela um mecanismo de agregação da participação, pela conscientização da necessidade de protagonizar as soluções conjuntamente com os poderes públicos. Portanto, a população pode e deve participar de sua elaboração, de provocar o Estado para sua discussão e realização. Em todas as cidades, mundo a fora, onde já existe essa ferramenta em funcionamento, já é possível ver claramente seus efeitos e sua positividade.

## REFERÊNCIAS

FILGUEIRAS, Aldisio. Manaus – As muitas cidades. Manaus: Edição do autor, 1994.

GOMES-GRANELL, Carmem; VILA, Ignácio. (Org). La ciudad como proyecto educativo. Barcelona: Octaedro, 2001.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável. Editora UFSC: 2001.

FREITAS, Marcilio de. (Org). A ilusão da sustentabilidade. Manaus: Edua/ Edições governo do Estado/UEA. 2003.

MARFULL, Alexandre Sanvisens. Hacia un concepto de ciudad educadora. **En**: I Congrés Internacional de Ciutat Educadores. Barcelona, Ayuntamiento de Barcelona, 1990.

MOLES, Abraham; LEFÈVRE, Claude. El paisaje urbano como fuente de conocimiento. **En:** I Congrés Internacional de Ciutats Educadores. Barcelona: Regidoria d'Edicion I Publicacions. : 1990.

VINTRÓ, Eulalia. Bases para un Proyecto Educativo de Ciudad. **En**: I Encuentro "La ciudad de los niños". Participación y valores ciudadanos en la ciudad actual. Madrid: Publicación de Acción Educativa. 2001

TOLEDO, Leslie; Flores, maria Luiza Rodrigues; Conzatti, Marli. Cidades educadoras – a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Cortrez, 2004.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag (org.). Cidades educadoras. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

Recebido em 14/3/2009 Aceito em 18/6/2009.